

As operações dos patricios

acórdio

GERALDO FORBES

O verão vai-se acabando e com ele vai também terminando o plantio das sementes da destruição do País. Nada de voto distrital, nada de verdadeiro parlamentarismo, mas voto aos 16 anos, desproporção na Câmara e, mal dos males, ainda se discute se o usurpador deve ficar.

Na terra, sem governo e sem lei, a tal de erva daninha do dr. Sarney cresce cada vez mais viçosa. É corrupção de dar inveja a Noriegas e Stroessners, inclusive porque, sendo o Brasil maior e mais rico, os golpes aqui também são maiores e mais ricos.

Agora, volta a se falar na chamada "operação Patrícia". Um cambalacho, que fez a fortuna de alguns especuladores de café e certos copeiros bem informados, às custas de um monumental rombo de centenas de milhões de dólares, a serem pagos pelo IBC. Isto é, por você. Perto desse tiro, autorizado pelo preclaro ministro José Hugo, as tropelias do sr. Aníbal Teixeira são titicas de ladrão de galinhas. Mas o Zé Hugo, tá lá, firme e empurrando as tais ZPEs para a frente. E, o País para o baixo mundo do contrabando e de evasão fiscal.

Essas ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações) — novas zonas francas, Zonas dos Patricios Espertos —, para facilitar o entendimento, deviam ser chamadas simplesmente de zonas. Na acepção nº 9, que lhe dá o Aurélio — zona de meretrício. Pois bem, saibam todos que é iminente a criação dessas zonas com as assinaturas do Zé Hugo e do Zé Ribamã. Finalmente o progresso do Nordeste — uma zona em cada estado — a região toda, um grande prostíbulo fiscal. E mais pobreza e mais decadência e mais safadeza.

A máquina das "operações especiais" — eufemismo moderno para negociatas — não pára. Abre-se o jornal, é o BNDES com seus generosos editais de semi doação de seus ativos. Vira-se a página, é o ministro dos Transportes doando dinheiro do Tesouro aos pobrezinhos dos armadores. Há uma festa no País: Um banquete. Farrá. Orgia descautelada e desavergonhada.

Pois a Constituinte, que vê e sabe, quando não participa, quer ainda entrar em acordo com o chefe. E vêm uns generais, que ao que conste não têm votos, ameaçar outra vez com isto e aquilo, e dizer que o País não aguenta eleições agora. Como se em 89 fosse melhor. E vêm uns industriais desfrutáveis e balbuciantes, como esse sr. Amato, também sem qualquer voto, dizer que o Congresso não tem representação e que o melhor é ficar mais um pouco como está. O que é bom para a Fiesp é ruim para o Brasil. Uma ver-

gônha. E vem, enfim, cúmulo dos cúmulos, o dr. Ulysses, o velho dr. Ulysses, colocar o bem do PMDB acima do bem do Brasil e buscar um desvairado acordo de ocasião, o acordão, o arregião, um pouquinho de mel pra cada um e uma banana pro povo brasileiro.

Se acabar vingando a indecência repulsiva que tramam essas elites de fancaria, obsoletas, negociastas burras, covardes, traidoras, corruptas, cada um pegue, por favor, o que melhor se lhe aplique — então, esqueçam, acabou o Brasil.

Acaba a transição, funda-se o buraco negro. E dentro dele, briga de fofe pelos despojos. Operações especialíssimas para os patricios. Patricios, sendo os cupinchas e os cúmplices dessa maroteira criminosa. Desde a mesquinha das aposentadorias douradas em cascata para os Thales, os Vilças, os Montellos, o médico particular, os sobrinhos, os papagaios e os guarás até a grossa roubalheira da Norte-Sul, da Patrícia, do Fundo da Marinha Mercante, os assaltos dos oligopólios, etc, etc, *ad infinitum*.

Culpados? O presidente, os ladrões, os fiespasnos e os constituintes que entraram nessa de só mais uma valsinha. Só mais um aninho de furto e desastre. Só mais uma mamadinha. Dá nojo. Dá raiva. E vai dar besteira.

REAÇÃO

1 — A Constituinte votou nesta semana a cassação da plena cidadania dos paulistas. Ao manter a distribuição gritantemente desproporcional das cadeiras na Câmara dos Deputados, nossos patricios do Norte-Nordeste decidiram que não merecemos representação igual a deles.

A decisão da caboclada é um absurdo e uma afronta. É a imposição de uma *capitis deminutio* aos cidadãos das regiões mais povoadas. É a consagração da ditadura da minoria. A solução para o golpe é, porém, muito simples e absolutamente legal. O dispositivo é nulo de pleno direito, pois contrário ao princípio fundamental que diz serem todos iguais perante a lei.

O artigo sendo nulo, enquanto não for revogado, os paulistas não estão mais obrigados a pagar impostos. Segundo um velho e saudável princípio geral de Direito Político: "No taxation without representation". Não há taxa-ção sem representação.

Se a Constituição for promulgada com este dispositivo, nem se aborreça. Se seu voto não vale, seu dinheiro também não. Pode deixar de pagar seus impostos federais. Não seja bobo. Não se abaixe às imposições dos coronéis sugadores do seu trabalho. Suspenda todo e qualquer pagamento à União até que lhe devolvam a sua cidadania. E os espertinhos que se virem.

ESTADO DE SÃO PAULO

20 MAR 1988